

Ipac inicia pesquisa da Romaria de Bom Jesus para torná-la Patrimônio Imaterial

Notícias

Postado em: 07/08/2017 17:08

O objetivo da pesquisa é provar que o bem cultural merece essa chancela.

Especialistas do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), unidade da Secretaria de Cultura do Estado (Secult), iniciam nesta segunda-feira (7), os estudos para elaboração de dossiê que tornará a Romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa um Bem Imaterial da Bahia. O objetivo da pesquisa é provar que o bem cultural merece essa chancela. São feitas entrevistas de vídeo, pesquisa de arquivos públicos, documentos familiares, fotos, reportagens e dezenas de itens sobre o tema, até a elaboração do dossiê. A vantagem é que, ao serem protegidos, os bens culturais – materiais e imateriais – têm prioridade nas linhas de financiamento, municipais, estaduais, federais e internacionais. Finalizado, o dossiê é enviado ao Conselho de Cultura e depois ao governador, que determina publicação no Diário Oficial do Estado. No domingo (6), na cidade da Lapa, no nordeste do estado e a 770 quilômetros de Salvador, o governo anunciou que a Festa do Divino Espírito Santo tornou-se Patrimônio Imaterial da Bahia e o início das pesquisas da Romaria. O Ipac coordena a política pública dos bens culturais e já registrou a Festa de Santa Bárbara (Salvador), Bembé do Mercado (Santo Amaro), Carnaval de Maragogipe e Ofício de Vaqueiro, entre outros, como Bens Imateriais. Durante a Romaria, que acontece mais entre 28 de julho e 6 de agosto, circulam pela cidade cerca de 500 mil fiéis, mas, durante o ano este o número chega a 2,5 milhões de pessoas. Dados apontam que a peregrinação de Bom Jesus é a manifestação baiana que mobiliza mais pessoas depois do Carnaval de Salvador. Inédito no Brasil A Festa do Divino tem data móvel que acontece há 105 anos, exatamente 50 dias após a Páscoa, sendo marcada por missas, procissões, atos folclóricos e banquetes coletivos religiosos. Já a Romaria, será estudada por equipe do Ipac composta por historiadores, antropólogos, sociólogos e fotógrafos. Os estudos podem durar de seis meses a dois anos. O conceito de 'Registro Especial' era inédito no Brasil, foi uma sugestão do instituto e é utilizado para proteger festas, manifestações populares, ofícios, conhecimentos, modos de ser e fazer culturais. Enquanto os bens materiais, como edificações e obras de arte, são protegidos via 'tombamento'. O registro especial tem ação mais ampla que o tombamento, considerado muito rígido. Os patrimônios intangíveis necessitam de flexibilidade, já que as manifestações agregam novas contribuições ao longo das suas décadas de existência, com acréscimos ou transformações próprias de cada época. Os terreiros de candomblé baianos também foram beneficiados com o Registro Especial do Ipac. Saiba mais no site do Ipac. Fonte: Ascom/ Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac)